

1. INSTRUÇÕES AOS CONCORRENTES

REFERÊNCIA DE PUBLICAÇÃO: Informo_AID.013249/01/1_MCR

Ao apresentar um concurso, os concorrentes aceitam total e sem reservas as condições especiais e gerais que regem o contrato como base exclusiva deste procedimento de licitação, quaisquer que sejam as suas próprias condições de venda, que por meio deste documento renunciam. Espera-se que os concorrentes examinem cuidadosamente e cumpram todas as instruções, formulários, disposições contratuais e especificações contidas neste dossiê do concurso. A falha em apresentar uma proposta contendo toda a informação e documentação exigidas dentro do prazo especificado levará à rejeição da proposta. Não se podem ter em conta quaisquer observações no concurso relativas ao dossiê do concurso; As observações podem resultar na rejeição imediata do concurso sem avaliação adicional.

Estas instruções estabelecem as regras para a submissão, seleção e implementação de contratos financiados ao abrigo deste concurso, em conformidade com o guia prático (disponível na internet em: <https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWiki/ePRAG>).

1. Suprimentos a serem fornecidos

1.1 O objeto do contrato é:

o fornecimento, entrega, descarga, serviço pós-venda,
dos seguintes suprimentos:

Lote 1. Fornecimento de medicamentos para Maputo

Lote 2. Fornecimento de consumíveis para Maputo

Lote 3.a Fornecimento de reagentes para Maputo

Lote 3.b Fornecimento de reagentes para Beira

Lote 3.c Fornecimento de reagentes para Quelimane

Incoterm DDP, no prazo de 15 dias úteis a contar da data de notificação da adjudicação e das respectivas Ordens de Compra.

1.2 Os fornecimentos devem cumprir integralmente as especificações técnicas estabelecidas no dossiê do concurso (anexo técnico) e estar em conformidade em todos os aspetos com os desenhos, quantidades, modelos, amostras, medições e outras instruções.

- 1.4 Os concorrentes não estão autorizados a concorrer a uma solução variante além do concurso atual.

2. Horário

	DATA	HORA
Prazo para solicitar esclarecimentos à autoridade contratante	26/03/2026	15h00
Data limite para que as clarificações sejam emitidas pela autoridade contratante	10/04/2026	16h00
Prazo para submissão de propostas	16/04/2026	16h00
Sessão de abertura do concurso	23/04/2026	
Notificação da adjudicação ao concorrente vencedor	30/04/2026*	-
Assinatura do contrato	04/05/2026*	-

* Data provisória

3. Participação

- 3.1. Os requisitos de elegibilidade detalhados na Informação Adicional sobre o aviso contratual (Anexo A5f) ou, se aplicável, no Aviso de Contrato (C2), aplicam-se a todos os membros de uma joint venture/consórcio e a todos os subcontratados, bem como a todas as entidades cuja capacidade o concorrente depende para os critérios de seleção. Cada concorrente, membro de uma joint venture/consórcio, cada entidade fornecedora de capacidade, cada subcontratado deve certificar que cumpre estas condições. Devem provar a sua elegibilidade através de um documento datado de menos de um ano antes do prazo para apresentação de propostas, elaborado de acordo com a sua legislação ou prática nacional, ou por cópias dos documentos originais que indiquem a constituição e/ou estatuto legal e o local de registo e/ou sede estatutária e, caso seja diferente, o local da administração central. A autoridade contratante pode aceitar outras provas satisfatórias de que estas condições são cumpridas.

- 3.2. As pessoas físicas ou jurídicas não têm direito a participar neste procedimento de concurso nem a ser adjudicadas de contrato se se encontrarem em alguma das situações mencionadas na Secção 2.4. (Medidas restritivas da UE), 2.6.10.1. (critérios de exclusão) ou 2.6.10.1.2. (rejeição de um procedimento) do guia prático. Se o fizerem, o seu concurso será considerado inadequado ou irregular, respetivamente. Nos casos listados na Secção 2.6.10.1. do guia prático, os concorrentes também podem ser excluídos dos procedimentos financiados pela UE e sujeitos a penalizações financeiras até 10 % do valor total do contrato, de acordo com o Regulamento Financeiro em vigor. Esta informação pode ser publicada no site da Comissão de acordo com o Regulamento Financeiro em vigor. Os concorrentes devem apresentar declarações de honra¹ que não estão em nenhuma destas situações de exclusão. Tais declarações devem também ser apresentadas por todos os membros de uma joint venture/consórcio, por qualquer subcontratado e por quaisquer entidades que forneçam capacidade. Os concorrentes que façam declarações falsas podem também incorrer em penalizações financeiras e exclusão de acordo com o Regulamento Financeiro em vigor. A licitação deles será considerada irregular.

As situações de exclusão referidas acima aplicam-se também a todos os membros de uma joint venture/consórcio, a todos os subempreiteiros e a todos os fornecedores dos concorrentes, bem como a todas as entidades cuja capacidade o concorrente depende para os critérios de seleção. Em casos de dúvida sobre declarações, a autoridade contratante solicitará prova documental de que subcontratados e/ou entidades fornecedoras de capacidade não se encontram numa situação que os exclua.

- 3.3. Para serem elegíveis a participar neste procedimento de concurso, os concorrentes devem provar, à satisfação da autoridade contratante, que cumprem os requisitos legais, técnicos e financeiros necessários e dispõem dos meios para executar o contrato de forma eficaz.
- 3.4. Subcontratação é permitida. O concorrente e, quando aplicável, as entidades em cujas capacidades se baseou relativamente aos critérios relativos à capacidade económica e financeira serão solidárias responsáveis pela execução do contrato.

A autoridade contratante exige que as seguintes tarefas críticas sejam desempenhadas diretamente pelo próprio concorrente ou, quando o concurso for submetido por um grupo de operadores económicos, por um participante do grupo:

1. Encomenda de materiais, entrega, descarga, localização e instalação (se aplicável);
2. Comunicações com a autoridade contratante e gestão das encomendas com elas;
3. Formação para utilizadores finais destacados em unidades de saúde de receção (se aplicável)
4. Pagamento de todas as taxas/impostos solicitados pelas autoridades governamentais na área de jurisdição.

¹ Ver Secção 2.6.10.1.3 de PRAGUE

4. Origem

- 4.1 Todos os fornecimentos ao abrigo deste contrato podem ter origem em qualquer país.
- 4.2 Ao apresentar propostas, os concorrentes devem declarar expressamente que todos os bens cumprem os requisitos relativos à origem e devem indicar os países de origem. Podem ser convidados a fornecer informações adicionais a este respeito.

5. Tipo de contrato

Preço unitário

6. Moeda

Os concursos devem ser apresentados na MZN.

7. Muito

- 7.1 O concorrente pode apresentar uma proposta para um lote, vários ou todos os lotes.
- 7.2 Cada lote formará um contrato separado e as quantidades indicadas para diferentes lotes serão indivisíveis. O concorrente deve oferecer a totalidade da quantidade ou quantidades indicadas para cada lote. Em nenhuma circunstância devem ser consideradas propostas para parte das quantidades exigidas. Se o concorrente for adjudicado com mais do que um lote, pode ser celebrado um único contrato que abrange todos esses lotes.
- 7.3 Um concorrente pode incluir no seu concurso o desconto total que concederia caso alguns ou todos os lotes para os quais apresentou um concurso sejam adjudicados. O desconto deve ser claramente indicado para cada lote de forma a poder ser anunciado durante a sessão de abertura do concurso público.
- 7.4 Os contratos serão atribuídos lote a sorteio, mas a autoridade contratante pode escolher a solução global mais favorável após ter em conta eventuais descontos oferecidos.]

8. Período de validade

- 8.1 Os concorrentes estarão vinculados pelas suas propostas por um prazo de 90 dias a contar do prazo para a submissão das propostas.
- 8.2 Em casos excepcionais e antes do término do período original de validade do concurso, a autoridade contratante pode pedir por escrito aos concorrentes que prorrogue esse prazo por 40 dias. Esses pedidos e as respostas devem ser feitos por escrito. Os concorrentes que concordarem em fazê-lo não poderão modificar as suas propostas e estão obrigados a prolongar a validade das suas garantias de oferta pelo período revisto de validade do concurso. Se recusarem, sem a perda das garantias de aquisição, a sua participação no

procedimento de concurso será terminada. Caso a autoridade contratante seja obrigada a obter a recomendação do painel referido na Secção 2.6.10.1.1. do guia prático, a autoridade contratante pode, antes do prazo de validade expirar, solicitar a extensão da validade dos concursos até à adoção dessa recomendação.

- 8.3 O concorrente vencedor ficará vinculado pelo seu concurso por um período adicional de 60 dias. O período adicional é acrescentado a O período de validade de O concurso independentemente da data da notificação.

9. Linguagem das propostas

- 9.1 Os concursos, toda a correspondência e documentos relacionados com o concurso trocados pelo concorrente e pela autoridade contratante devem ser redigidos na língua do procedimento, que é o inglês.

Se os documentos de apoio não forem redigidos numa das línguas oficiais da União Europeia, deve ser anexada uma tradução para a língua do concurso. Quando os documentos estão numa língua oficial da União Europeia que não o inglês, recomenda-se vivamente fornecer uma tradução para inglês, para facilitar a sua avaliação.

10. Submissão de propostas

- 10.1 **Os concursos devem ser enviados à autoridade contratante antes do prazo especificado no Aviso de Contrato.** Devem incluir todos os documentos especificados no ponto 11 destas Instruções e ser enviados para o seguinte endereço:

A Organização Não Governamental, **Associação para o Direito aos Tratamentos Sanitários e de Luta contra a Sida**, localizada na Avenida Eduardo Mondlane 279, em Maputo

Ou

Via di San Gallicano 25a, 00153, Roma, Italia

Se os concursos forem entregues em mão, devem ser entregues no seguinte endereço:

A Organização Não Governamental, **Associação para o Direito aos Tratamentos Sanitários e de Luta contra a Sida**, localizada na Avenida Eduardo Mondlane 279, na cidade de Maputo

De segunda a sexta-feira, das 8h às 16h50

Ou

Via di San Gallicano 25a, 00153, Roma, Italia

De segunda a sexta-feira das 9h00 às 17h00

Os concursos devem cumprir as seguintes condições:

10.2 Todos os concursos devem ser submetidos num único original, marcado como 'original', e uma cópia assinada da mesma forma que o original e marcada como 'cópia'.

10.3 Os concursos devem ser submetidos:

(a) quer por correio, quer por serviço de estafeta, caso em que a prova deve ser constituída pelo carimbo postal ou pela data do talão de depósito²

(b) ou por entrega em mão nas instalações da autoridade contratante pelo participante em pessoa ou por um mandatário, caso em que a prova será constituída pelo acuse de acusação de receção.

A autoridade contratante pode, por razões de eficiência administrativa, rejeitar qualquer candidatura ou concurso apresentado atempadamente ao serviço postal mas recebido, por qualquer motivo fora do controlo da autoridade contratante, após a data de efetiva da aprovação do relatório da lista restrita ou do relatório de avaliação, se aceitar candidaturas ou propostas apresentadas a tempo mas chegadas tarde atrasar consideravelmente o procedimento de avaliação ou comprometer decisões já tomadas e notificadas.

10.4 Todos os concursos, incluindo anexos e todos os documentos de apoio, devem ser submetidos num envelope selado que continha apenas:

- a) o endereço acima;
- b) o código de referência deste procedimento de concurso, (ou seja, Informo_AID.013249/01/1_MCR)
- c) quando aplicável, o número do(s) lote(s) apresentado(s);
- d) as palavras 'Não ser aberto antes da sessão de abertura do concurso' na linguagem do dossiê do concurso.
- e) O nome do candidato.

As ofertas técnicas e financeiras devem ser colocadas em conjunto num envelope selado. O envelope deve então ser colocado noutro envelope/pacote selado único, a menos que o volume exija uma submissão separada para cada lote.

² Recomenda-se usar correio registado caso o carimbo postal não seja legível

11. Conteúdo dos concursos

O incumprimento dos requisitos abaixo constituirá uma irregularidade e poderá resultar na rejeição do concurso. Todas as propostas apresentadas devem cumprir os requisitos do dossiê e compreender:

Parte 1: Oferta técnica:

- uma descrição detalhada dos fornecimentos apresentados em conformidade com as especificações técnicas, incluindo qualquer documentação necessária, incluindo, se aplicável:

A oferta técnica deve ser apresentada conforme o modelo (Anexo II+III*, Oferta técnica do Empreiteiro), acrescentando folhas separadas para detalhes, se necessário.

Parte 2: Oferta financeira:

- Uma oferta financeira calculada com base em DDP para os fornecimentos oferecidos, incluindo, se aplicável:

Esta oferta financeira deve ser apresentada conforme o modelo (Anexo IV*, Detalhe do Orçamento), acrescentando folhas separadas para detalhes, se necessário.

Em caso de dúvida sobre o sistema de IVA aplicável, é responsabilidade do concorrente contactar as suas autoridades nacionais para esclarecer a forma como a União Europeia está isenta de IVA.

Parte 3: Documentação:

A ser fornecido usando os modelos anexados*:

- O "Formulário de concurso para contrato de fornecimento", juntamente com o Anexo 1 **"Declaração de honra sobre critérios de exclusão e critérios de seleção"**, ambos devidamente preenchidos, que inclui a declaração do concorrente, ponto 7, (de cada membro se for um consórcio, e entidades ou subcontratantes de capacidade (se houver)). Será apresentada uma cópia da Declaração original assinada. O original deve ser guardado pelo concorrente e poderá ser solicitado pela Autoridade Contratante.
- O formulário de identificação
- As especificações técnicas e a oferta financeira

A fornecer em formato de texto livre:

- Uma descrição das condições de garantia, que deve estar de acordo com as condições estabelecidas no Artigo 32 das condições gerais.
- Assinatura devidamente autorizada: um documento oficial (estatutos, procuração, declaração notarial, etc.) que comprove que a pessoa que assina em nome da empresa, joint venture ou consórcio está devidamente autorizada a fazê-lo.

- Certificados dos dois últimos anos fiscais (declaração de impostos ou balanços dos dois últimos anos que mostram o volume de vendas de bens e serviços)
- Licença comercial ou registo, documentos da empresa (juntamente com dispensa, NUIT, registos)
- A documentação (PO, contratos, etc.) de 03 (três) contratos, nas áreas do lote que o concorrente está a submeter, implementada a qualquer momento durante os últimos quatro anos. **(com base na secção 15, parte 3 do aviso de contrato)**
- Documentos de autorização do fabricante para a distribuição exclusiva das vendas dos seus produtos
- Alvara Sanitária DO MINISTÉRIO DA SAÚDE para importação e distribuição de produtos farmacêuticos;

Observações:

Os concorrentes são convidados a seguir esta ordem de apresentação.

Anexo* refere-se a modelos anexados ao dossiê do concurso. Estes modelos também estão disponíveis em: [https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWiki/Annexes#Annexes-AnnexesC\(Cap.4\):Suprimentos](https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWiki/Annexes#Annexes-AnnexesC(Cap.4):Suprimentos)

12. Impostos e outros encargos

Os acordos fiscais e aduaneiros aplicáveis são os seguintes: os preços devem incluir qualquer imposto/taxa prevista no Malawi, incluindo custos de desalfanças (documentação, serviços, custos adicionais, taxas, etc.), se necessário.

13. Informação adicional antes do prazo para apresentação de propostas

O dossiê do concurso deve ser suficientemente claro para que os concorrentes não precisem de pedir informações adicionais durante o procedimento. Se a autoridade contratante, por iniciativa própria ou em resposta a um pedido de um potencial concorrente, fornecer informações adicionais sobre o dossiê do concurso, deve enviar essas informações por escrito a todos os outros potenciais concorrentes em simultâneo.

Os concorrentes podem submeter questões por escrito ao seguinte endereço até 21 dias antes do prazo para apresentação das propostas, especificando a referência de publicação e o título do contrato:

Nome de contacto: Flávio Ismael

Morada: Avenida Eduardo Mondlane 279, Maputo, Moçambique

Email: flavioismael@dreammz.org e procurement@dreamsantegidio.net e segidiosauade@dreammz.org

Qualquer esclarecimento do dossiê do concurso será comunicado simultaneamente por escrito a todos os concorrentes, no máximo 8 dias antes do prazo para apresentação das propostas.

Quaisquer potenciais concorrentes que pretendam marcar reuniões individuais com a autoridade contratante e/ou com a Comissão Europeia durante o período de concurso podem ser excluídos do procedimento de concurso.

14. Reunião de esclarecimento / visita ao local

- 14.1 Não há reunião de esclarecimento nem visita ao local planeada. Visitas de potenciais concorrentes individuais durante o período de concurso não podem ser organizadas.

15. Alteração ou retirada de propostas

- 15.1 Os concorrentes podem alterar ou retirar as suas propostas mediante notificação escrita antes do prazo de submissão das propostas. Nenhum concurso pode ser alterado após este prazo. Os levantamentos devem ser incondicionais e terminarão toda a participação no procedimento de licitação.

Qualquer notificação de alteração ou retirada deve ser preparada e apresentada de acordo com a Secção 10. O envelope exterior deve estar marcado como 'Alteração' ou 'Retirada', conforme apropriado.

- 15.2 Nenhum concurso pode ser retirado no intervalo entre o prazo de apresentação dos concursos.¹ e o término do período de validade do concurso. A retirada de uma aquisição durante este intervalo pode resultar na perda da garantia da aquisição.

16. Custos de preparação de concursos

Nenhum custo incorrido pelo concorrente na preparação e apresentação do concurso é reembolsável. Todos esses custos serão suportados pelo concorrente.

17. Propriedade dos concursos

A autoridade contratante mantém a propriedade de todos os concursos recebidos ao abrigo deste procedimento de concurso. Consequentemente, os concorrentes não têm direito a que os seus concursos lhes sejam devolvidos.

18. Joint venture ou consórcio

- 18.1 Se um concorrente for uma joint venture ou consórcio de duas ou mais pessoas, o concurso deve ser único com o objetivo de garantir um único contrato; cada pessoa deve assinar o

concurso e será solidária e solidariamente responsável pelo concurso e por qualquer contrato. Essas pessoas devem designar um dos seus membros para atuar como líder com autoridade para vincular a joint venture ou consórcio. A composição da joint venture ou consórcio não pode ser alterada sem o consentimento prévio escrito da autoridade contratante.

- 18.2 O concurso só pode ser assinado pelo representante da joint venture ou consórcio se tiver sido expressamente autorizado por escrito pelos membros da joint venture ou consórcio, e o contrato de autorização, ato notarial ou escritura deve ser submetido à autoridade contratante de acordo com o ponto 11 destas instruções aos concorrentes. Todas as assinaturas do instrumento de autorização devem ser certificadas de acordo com as leis e regulamentos nacionais de cada parte que compõe a joint venture ou consórcio, juntamente com as procurações que estabeleçam, por escrito, que os signatários do concurso estão autorizados a assumir compromissos em nome dos membros da joint venture ou consórcio. Cada membro dessa joint venture ou consórcio deve apresentar a prova exigida ao abrigo do Artigo 3.5, como se fosse ele próprio o concorrente.

19. Abertura de concursos

- 19.1 O objetivo da sessão de abertura é verificar se as propostas foram apresentadas de acordo com os requisitos de submissão do concurso.
- 19.2 A data e o local da sessão de abertura do concurso estão indicados na Secção IV.2.7 do Aviso de Contrato.

O comité redigirá a ata da reunião, que estará disponível mediante pedido.

No caso de, na data da sessão de abertura, alguns concursos não terem sido entregues à autoridade contratante mas os seus representantes possam demonstrar que foram enviados a tempo, a autoridade contratante permitirá que participem na primeira sessão de abertura e informará todos os representantes dos concorrentes de que será organizada uma segunda sessão de abertura.

- 19.3 Na abertura do concurso, podem ser anunciados os nomes dos concorrentes, os preços do concurso, quaisquer descontos oferecidos, notificações escritas de alteração e retirada, a presença da garantia de concurso necessária (se necessário) e outras informações que a autoridade contratante considerar adequadas.
- 19.4 Após a abertura pública dos concursos, nenhuma informação relativa ao exame, esclarecimento, avaliação dos concursos ou recomendações relativas à adjudicação do contrato pode ser divulgada até que o contrato tenha sido adjudicado.
- 19.5 Qualquer tentativa dos concorrentes de influenciar o comité de avaliação no processo de exame, esclarecimento, avaliação e comparação dos concursos, obter informações sobre o progresso do procedimento ou influenciar a autoridade contratante na sua decisão relativa à adjudicação do contrato resultará na rejeição imediata das suas propostas.
- 19.6 Todos os concursos recebidos após o prazo de submissão especificado no aviso contratual ou nestas instruções serão mantidos pela autoridade contratante. As garantias associadas serão

devolvidas aos concorrentes. Não pode ser aceite qualquer responsabilidade por entrega tardia de concursos. Concursos atrasados serão rejeitados e não serão avaliados.

20. Avaliação de concursos

20.1 Exame da conformidade administrativa dos concursos

O objetivo nesta fase é verificar se os concursos cumprem os requisitos essenciais do dossiê do concurso. Considera-se que um concurso cumpre se cumprir todas as condições, procedimentos e especificações do dossiê do concurso sem se afastar substancialmente ou impor restrições a eles.

Desvios ou restrições substanciais são aqueles que afetam o âmbito, qualidade ou execução do contrato, diferem amplamente dos termos do dossiê do concurso, limitam os direitos da autoridade contratante ou as obrigações do concorrente ao abrigo do contrato ou distorcem a concorrência para concorrentes cujos concursos cumpram. Decisões que considerem que um concurso não está em conformidade administrativa devem ser devidamente justificadas nas atas de avaliação.

Se um concurso não cumprir o dossiê do concurso, será imediatamente rejeitado e poderá não ser posteriormente obrigado a cumprir, corrigindo-o ou retirando a partida ou restrição.

20.2 Avaliação técnica

Após analisar os concursos considerados conformes em termos administrativos, o comité de avaliação decidirá sobre a admissibilidade técnica de cada concurso, classificando-o como tecnicamente compatível ou não conforme.

As qualificações mínimas exigidas (ver critérios de seleção na informação adicional sobre o aviso contratual) devem ser avaliadas no início desta fase.

Quando os contratos incluem serviço pós-venda e/ou formação, a qualidade técnica desses serviços será também avaliada utilizando critérios de sim/não especificados no dossiê do concurso.

20.3 No interesse da transparência e do tratamento igualitário e para facilitar a análise e avaliação dos concursos, o comitê de avaliação pode pedir a cada concorrente individualmente esclarecimento do seu concurso, incluindo a distribuição dos preços, dentro de um prazo razoável a fixar pelo comitê de avaliação. O pedido de esclarecimento e a resposta devem ser por escrito, mas não pode ser solicitada, oferecida ou permitida qualquer alteração no preço ou no conteúdo do concurso, exceto quando necessário para confirmar a correção dos erros aritméticos descobertos durante a avaliação dos concursos nos termos do Artigo 20.4. Qualquer pedido de esclarecimento desse tipo não deve distorcer a concorrência. Decisões que considerem que um concurso não é tecnicamente conforme devem ser devidamente justificadas nas atas de avaliação.

20.4 Avaliação financeira

- a) Os concursos considerados tecnicamente conformes serão verificados quanto a quaisquer erros aritméticos no cálculo e na soma. Os erros serão corrigidos pelo comitê de avaliação da seguinte forma:
- quando existe uma discrepância entre montantes em números e em palavras, o montante em palavras será o montante tido em conta;
 - exceto nos contratos de soma única, onde existe uma discrepância entre o preço unitário e o montante total derivado da multiplicação do preço unitário e da quantidade, o preço unitário conforme cotado será o preço tido em conta.
- b) Os montantes corrigidos desta forma serão vinculativos para o concorrente. Se o concorrente não os aceitar, a sua proposta será rejeitada.
- c) Salvo indicação em contrário, o objetivo do processo de avaliação financeira é identificar o concorrente que oferece o preço mais baixo. Quando especificado nas especificações técnicas, a avaliação dos concursos pode ter em conta não só os custos de aquisição, mas, na medida do relevante, os custos suportados ao longo do ciclo de vida dos fornecimentos (tais como, por exemplo, custos de manutenção e custos operacionais), em conformidade com as especificações técnicas. Nesse caso, a autoridade contratante examinará detalhadamente toda a informação fornecida pelos concorrentes e formulará o seu acórdão com base no custo total mais baixo, incluindo custos adicionais.

20.5 Soluções variantes

Soluções variantes não serão consideradas.

20.6 Critérios de atribuição

O concurso conforme que ofereça a melhor relação preço-qualidade será escolhido de acordo com os seguintes critérios:

Parâmetros	Pontos	Relevância em Percentagem
1. Avaliação Técnica		50%
1.1. Qualidade do produto e conformidade do artigo com	1 a 5	40%

as especificações solicitadas		
1.2. Experiência prévia do contratado junto do Ministério da Saúde ou com os principais intervenientes envolvidos no setor da saúde	1 a 5	10%
2. Avaliação Financeira		50%
2.1. Preço (comparado com valores médios de mercado)	1 a 5	35%
2.2. Tempo de Entrega	1 a 5	10%
2.3. Condições de pagamento	1 a 5	5%

1.7 Evidência documental para critérios de exclusão e seleção

A qualquer momento durante o procedimento de aquisição e antes da adjudicação do contrato, a autoridade contratante pode solicitar provas documentais de conformidade com os critérios de exclusão e critérios de seleção (capacidade financeira, económica, técnica e profissional) estabelecidos nestas instruções. Por favor, note que um pedido de provas não implica de forma alguma que o concorrente tenha sido aprovado. **Todos os concorrentes são convidados a preparar antecipadamente os documentos relacionados com as provas, uma vez que podem ser solicitados a apresentar tais provas num prazo curto.** Em todo o caso, o concorrente proposto pelo comité de avaliação para a adjudicação do contrato será solicitado a apresentar tais provas com pouca antecedência.

Quando solicitado, relativamente aos critérios de exclusão, os concorrentes devem ser capazes de apresentar a prova documental ou declarações exigidas pela lei do país onde a empresa (ou, para consórcios, cada uma das empresas) está estabelecida, para demonstrar que não se enquadra em nenhuma das situações de exclusão listadas na Secção 2.6.10.1. do guia prático.

Estas provas, documentos ou declarações devem ter data, no máximo um ano antes da data de apresentação do concurso.

Os documentos acima mencionados devem ser submetidos para todos os membros de uma joint venture/consórcio, todos os subcontratantes e todas as entidades fornecedoras de capacidade.

A autoridade contratante pode abdicar da obrigação de qualquer concorrente de apresentar as provas documentais referidas acima se tal prova já tiver sido apresentada para efeitos de outro procedimento de adjudicação, desde que a data de emissão dos documentos não exceda um ano e que ainda sejam válidos. Neste caso, o concorrente deve declarar por sua honra que as provas documentais já foram fornecidas num procedimento de adjudicação anterior e confirmar que a sua situação não mudou.

Quando a prova documental apresentada estiver numa língua oficial da União Europeia diferente da do procedimento, recomenda-se vivamente que forneça uma tradução para a língua do procedimento, de modo a facilitar a avaliação dos documentos.

A falta de apresentação de provas documentais válidas a pedido e dentro do prazo fixado pela Autoridade Contratante levará à rejeição do concurso para a adjudicação do contrato, salvo se o concorrente conseguir justificar a falha com base na impossibilidade material.

Se o concorrente vencedor não apresentar esta prova documental ou declaração ou se for considerado responsável por fornecer informações falsas, a decisão será considerada nula e sem efeito. Neste caso, a autoridade contratante pode adjudicar o concurso ao concorrente seguinte com menor valor ou cancelar o procedimento de concurso.

21. Notificação da condecoração

Ao apresentar um concurso, cada concorrente aceita receber notificação do resultado do procedimento por meios eletrónicos. Tal notificação será considerada como tendo sido recebida na data em que a autoridade contratante a enviar para o endereço eletrónico referido na oferta.

A autoridade contratante informará todos os concorrentes, simultaneamente e individualmente, sobre a decisão da adjudicação. As garantias de concurso dos concorrentes não selecionados serão divulgadas assim que o contrato for assinado. O concorrente vencedor será informado por escrito de que o seu concurso foi aceite (notificação da adjudicação).

22. Assinatura do contrato e garantia de execução

22.1 A autoridade contratante reserva-se o direito de variar as quantidades especificadas no concurso em +/- 100% no momento da contratação e durante a validade do contrato. O valor total dos fornecimentos pode, devido à variação, aumentar ou descer mais de 25% da oferta financeira original no concurso. Os preços unitários indicados no concurso serão utilizados.

22.5 Após a notificação da adjudicação, será assinado um contrato Quadro por um período de 3 anos (2026-2027-2028) definindo os principais elementos dos serviços e/ou fornecimentos. O volume exato (número de unidades) e o tempo de entrega de cada artigo não podem ser definidos quando o contrato é assinado. Isto significa que o contrato específico não impõe obrigações diretas à autoridade contratante.

O contrato específico é executado através da submissão, pelas autoridades contratantes, de Ordens de Compra individuais para cada organização. Cada Ordem de Compra específica é dada dentro dos limites das condições estabelecidas no contrato específico e nos seus anexos, não sendo permitidas alterações substanciais.

A Ordem de Compra específica indica os fornecimentos previstos nas especificações, o seu volume, o preço total correspondente do material encomendado e o prazo de entrega.

O fornecimento de bens/serviços referidos no parágrafo anterior deverá ser realizado ao longo de 3 anos (2026 a 2028), de acordo com as necessidades das organizações durante este período.

As quantidades publicadas nos anexos deste convite a concurso são quantidades máximas INDICATIVAS, considerando que o convite não obriga a autoridade contratante a adquirir bens até ao valor máximo especificado no convite e no contrato específico relativo.

Cada Lote será objeto de uma adjudicação separada e o adjudicador vencedor fornecerá os itens atribuídos (e adicionais) com base nas Ordens de Compra submetidas durante os 3 anos referidos para fornecimento por cada organização, de acordo com os preços e possíveis ajustes percentuais acordados para o segundo e terceiro ano de fornecimento de bens (se necessário).

Os itens referidos devem ser entregues nos locais especificados por cada Lote e na própria Ordem de Compra, através de um DDP Incoterm no prazo de 15 dias a contar da data da carta que confirma as quantidades/Ordem de Compra.

Os concorrentes podem submeter possíveis modificações às suas propostas financeiras, considerando os ajustamentos percentuais apropriados para as entregas de 2027 a 2028, se necessário.

A autoridade contratante pode considerar ajustar o preço de acordo com a taxa de câmbio Inforeuro publicada mensalmente no site: https://commission.europa.eu/funding-tenders/procedures-guidelines-tenders/information-contractors-and-beneficiaries/exchange-rate-inforeuro_en Nos casos em que o aumento do preço exceda os 15% em relação à data de assinatura do contrato declarado no contrato-quadro, o preço será atualizado de acordo com o atual Taxa de câmbio.

A possibilidade de encomendar itens adicionais à lista incluídos neste processo depende da disponibilidade de um catálogo ou lista do fornecedor a ser explorado durante a análise preliminar de mercado. Para além dos itens listados no Anexo II+III, a autoridade contratante reserva-se o direito de pedir ao concorrente vencedor, durante o decorrer do contrato, que forneça itens adicionais do catálogo oficial do concorrente vencedor, para os quais o adjudicador pode submeter, com aprovação prévia do empreiteiro, uma lista de itens/serviços a adicionar e preços.

Os fornecimentos devem corresponder integralmente às especificações técnicas indicadas no dossiê do concurso (anexo técnico) e, em particular, cumprir quantidades, medições e outras instruções.

23. Garantia de aquisição

Não é necessária garantia de licitação.

24. Cláusulas de ética e código de conduta

24.1 Ausência de conflito de interesses

O concorrente não deve ser afetado por qualquer conflito de interesses e não pode ter uma relação equivalente nesse aspeto com outros concorrentes ou partes envolvidas no projeto. Qualquer tentativa de um concorrente de obter informações confidenciais, celebrar acordos ilícitos com concorrentes ou influenciar o comité de avaliação ou a autoridade contratante durante o processo de exame, esclarecimento, avaliação e comparação de propostas levará à rejeição do seu concurso e poderá resultar em penalizações administrativas de acordo com o Regulamento Financeiro em vigor.

24.2 Respeito pelos direitos humanos, bem como pela legislação ambiental e pelas normas laborais fundamentais

O concorrente e o seu pessoal devem cumprir as regras de direitos humanos e de proteção de dados aplicáveis. Em particular, e de acordo com o ato básico aplicável, os concorrentes e requerentes que tenham sido adjudicados contratos devem cumprir a legislação ambiental, incluindo acordos ambientais multilaterais, e as normas laborais essenciais conforme aplicável e definidas nas convenções relevantes da Organização Internacional do Trabalho (como as convenções sobre liberdade de associação e negociação coletiva; eliminação do trabalho forçado e obrigatório; abolição do trabalho infantil).

Tolerância zero para exploração, abuso e assédio sexual:

A Comissão Europeia aplica uma política de 'tolerância zero' em relação a todas as condutas ilícitas que tenham impacto na credibilidade profissional do concorrente.

O abuso físico ou punição, ou ameaças de abuso físico, abuso ou exploração sexual, assédio e abuso verbal, bem como outras formas de intimidação, serão proibidos.

24.3 Anticorrupção e anti-suborno

O concorrente deve cumprir todas as leis, regulamentos e códigos aplicáveis relativos ao combate ao suborno e à corrupção. A Comissão Europeia reserva-se o direito de suspender ou cancelar o financiamento de projetos se forem descobertas práticas corruptas de qualquer tipo em qualquer fase do processo de adjudicação ou durante a execução de um contrato, e se a autoridade contratante não tomar todas as medidas adequadas para remediar a situação. Para efeitos desta disposição, 'práticas corruptas' são a oferta de suborno, presente, gratificação ou comissão a qualquer pessoa como incentivo ou recompensa por realizar ou abster-se de qualquer ato relacionado com a adjudicação de um contrato ou execução de um contrato já celebrado com a autoridade contratante.

24.4 Despesas comerciais invulgares

Os concursos serão rejeitados ou contratos rescindidos se se descobrir que a adjudicação ou execução de um contrato deu origem a despesas comerciais invulgares. Estas despesas comerciais invulgares são comissões não mencionadas no contrato principal ou que não decorrentem de um contrato devidamente celebrado que se refere ao contrato principal, comissões não pagas em troca de qualquer serviço real e legítimo, comissões remesas para um paraíso fiscal, comissões pagas a um beneficiário que não esteja claramente identificado ou comissões pagas a uma empresa que tem toda a aparência de ser uma empresa de fachada.

Os empreiteiros que tenham pago despesas comerciais invulgares em projetos financiados pela União Europeia são responsáveis, dependendo da gravidade dos factos observados, a ter os seus contratos rescindidos ou a serem permanentemente excluídos da receção de fundos da UE.

24.5 Incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude

A autoridade contratante reserva-se o direito de suspender ou cancelar o procedimento, sempre que o procedimento de adjudicação se prove sujeito a violação de obrigações, irregularidades ou fraude. Se forem descobertas violações de obrigações, irregularidades ou fraude após a adjudicação do contrato, a autoridade contratante pode abster-se de celebrar o contrato.

25. Cancelamento do procedimento de concurso

Se um procedimento de concurso for cancelado, os concorrentes serão notificados pela autoridade contratante.

Se o procedimento de concurso for cancelado antes da sessão de abertura do concurso, os envelopes selados serão devolvidos, por abrir, aos concorrentes.

O cancelamento pode ocorrer, por exemplo, se:

- O procedimento de concurso foi infrutífero, nomeadamente quando não foi recebida uma proposta adequada, qualitativa ou financeiramente aceitável ou não houve resposta válida;
- Os parâmetros económicos ou técnicos do projeto mudaram fundamentalmente;
- circunstâncias excecionais ou *força maior* tornam impossível a implementação normal do projeto;
- todos os concursos tecnicamente aceitáveis excedem os recursos financeiros disponíveis;
- Houve violação de obrigações, irregularidades ou fraudes no procedimento, em particular quando estas impediram a concorrência leal;
- A adjudicação não está em conformidade com uma gestão financeira adequada, ou seja, não respeita os princípios de economia, eficiência e eficácia (por exemplo, o

preço proposto pelo concorrente a quem o contrato será atribuído é objetivamente desproporcionado em relação ao preço do mercado).

Em nenhum caso a autoridade contratante será responsável por quaisquer danos, incluindo, sem oposição, danos por perda de lucros, de qualquer forma relacionados com o cancelamento de um procedimento de concurso, mesmo que a autoridade contratante tenha sido informada da possibilidade de danos. A publicação de um aviso contratual não compromete a autoridade contratante a implementar o programa ou projeto anunciado.

26. Recursos

Os concorrentes que acreditem ter sido prejudicados por um erro ou irregularidade durante o processo de adjudicação podem apresentar uma queixa. Ver Secção 2.12. do guia prático.

27. Proteção de Dados

O tratamento de dados pessoais relacionados com este procedimento de concurso pela autoridade contratante ocorre de acordo com a legislação nacional do estado da autoridade contratante e com as disposições do respetivo acordo de financiamento.

28. Sistema de deteção e exclusão precoce

Os concorrentes e, se forem pessoas jurídicas, as pessoas que têm poderes de representação, tomada de decisão ou controlo sobre eles, são informados de que, caso se encontrem numa das situações de deteção precoce ou exclusão, os seus dados pessoais (nome, nome próprio se pessoa física, morada, forma e nome e nome das pessoas com poderes de representação, decisão ou controlo, se pessoa jurídica) pode ser registada no sistema de deteção precoce e exclusão, e comunicada às pessoas e entidades listadas na decisão acima mencionada, relativamente à adjudicação ou à execução de um contrato de contratação de aquisição.

